



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	246/2024
Data do Início	03/01/2024
Folha	28
Rubrica	

Processo nº 246/2024

PARECER GPG N.º 13/PGM/2024

IMPUGNAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 51/2023 - ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 10/01/2024

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de impugnação interposta pela BD APOIO EMPRESARIAL LTDA, contra decisão em sede do pregão eletrônico n.º. 51/2023, que tem por objeto a ENTREGA E MONTAGEM DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO INTEGRADO DE SÃO JOSÉ.

I – A impugnante aponta algumas irregularidades no edital de licitação, requerendo justificativas técnicas.

II- A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, manifestou-se no sentido de que não possui expertise técnica para análise dos questionamentos, que devem ser respondidos pela Secretaria requisitante.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

A impugnante apresenta 10 questionamentos, que devem ser respondidos pela Secretaria de forma técnica, pois não cabe a esta especializada adentrar às questões decisórias da secretaria, uma vez que já houve manifestação deste órgão jurídico acerca dos questionamentos em âmbito da análise do edital de licitação, através do PARECER GPG N.º 818/PGM/2023.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	246/2024
Data do Início	03/01/2024
Folha	29
Rubrica	

Cabe ressaltar que o edital de licitação somente estaria aprovado, caso cumpridas todas as determinações expostas no parecer, bem como após apresentadas as devidas justificativas solicitadas. De todo modo, abordaremos abaixo aspectos de cunho jurídico, a fim de auxiliar a manifestação do setor consulente.

Desta forma, passaremos a análise dos questionamentos:

Questionamento 1 - Qual a justificativa para a ausência ou falta de publicidade ao Estudo Técnico Preliminar?

Em relação a publicação do ETP, inferimos que a exigência de publicação junto ao edital esteja baseada em legislação de aplicação em âmbito federal, não possuindo legislação de aplicação em âmbito municipal que obrigue a publicação do mesmo ("a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição"). Apenas há legislação que obrigue a existência do Estudo técnico preliminar que consta nos autos às fls. 04/40.

De todo modo, não há impeditivos à inserção do Estudo no edital, configurando-se prática salutar, muito embora não conste tal obrigatoriedade na normatização municipal.

Questionamento 2 - Qual a base jurídica para a ausência de justificativa para aquisição por lote, descumprindo a Súmula 247 do TCU?

Esta especializada emitiu questionamento sobre o tema às fls. 800/802 (Parecer GPG nº 818/PGM/2023), que também indagou o assunto, razão pelo qual nos reportamos a todo considerado. Deve a secretaria justificar de forma técnica a escolha do critério de julgamento, e pautar os seus atos



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	246/2024
Data do Início	03/01/2024
Folha	30
Rubrica	

em conformidade com o ordenamento e a jurisprudência pátria elucidadas no ato normativo, aspecto o qual deve ser mais bem elucidado.

Questionamento 3 - Qual a base legal para a exigência de documento não compreendido no artigo 30 da Lei 8.666 (Declaração emitida por laboratório), para habilitação técnica do licitante, frente a farta jurisprudência contrária?

Não identificamos no tópico referente a qualificação técnica no Edital (item 7.2 – fl. 1059) e no Termo de Referência (item 7 – fl. 1087) publicados a exigência indicada pela impugnante.

Nesse ponto, alertamos que a exigência questionada pela licitante se refere ao produto licitado, o que não pode ser confundido com qualificação técnica.

Embora a descrição do objeto (item 5 do Termo de Referência – fl. 1076) também não possa ser limitativa do caráter competitivo da licitação, a secretaria possui maior discricionariedade em relação ao objeto que deseja, dentro da sua necessidade pública a ser obtida através da licitação, permeada pelas conclusões advindas do estudo técnico correspondente. Destaque-se que, enquanto a qualificação técnica é condição de habilitação (art. 27, inciso II, da lei 8.666/93), as demais exigências que se refiram à entrega dos produtos são exigências à futura contratada.

No que tange à qualificação técnica, esta especializada emitiu questionamento a às fls. 803 e sobre a descrição do objeto às fls. 800, razão pelo qual nos reportamos ao ato enunciativo prévio.

Deve a secretaria justificar de forma técnica a exigência e indicar a base legal, caso exista norma técnica sobre o tema ora elucidado pela impugnante. Necessário ainda que documente nos autos os aspectos corroborados pelo estudo técnico que exijam a obrigatoriedade retratada.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	246/2024
Data do Início	03/01/2024
Folha	31
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Questionamento 4 - Qual a fundamentação legal (Lei, decreto, portaria, etc) que habilite a prefeitura de Maricá de exigir de todos os licitantes a comprovação da habilitação do ergonomista que emitiu o laudo?

Não identificamos no tópico referente a qualificação técnica no Edital e no Termo de Referência publicados a exigência indicada pela impugnante. Salvo melhor juízo, a limitação compreendida no artigo 30 da lei 8.666/93 se refere especificamente ao tópico da qualificação técnica. Sobre o tema, reproduzimos os argumentos esposados no questionamento antecedente.

Questionamento 5 - Qual a justificativa para solicitação de um armário em desconformidade a requisito da norma técnica da ABNT, no qual expõe ao risco os servidores públicos?

Deve ser respondido pela secretaria de forma técnica, tendo em vista que esta conhece o espaço a ser montado o referido mobiliário.

Questionamento 6 - No caso do produto especificado nos itens 1 a 4 vir a cair, ferindo um servidor público, em virtude da falta de estabilidade do mobiliário, a culpa será do fabricante ou do funcionário que determinou esta especificação?

Deve ser respondido pela secretaria de forma técnica.

Questionamento 7 - Qual a justificativa para solicitar aos licitantes que fabriquem produto em desacordo as normas técnicas da ABNT, infringindo o artigo 39 da Lei 8.078/90?



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	246/2024
Data do Início	03/01/2024
Folha	32
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Deve ser respondido pela secretaria de forma técnica.

Questionamento 8 - O produto descrito no item 5 seguiu qual norma técnica da ABNT, pois não se encaixa como mesa, estação de trabalho ou call center?

Deve ser respondido pela secretaria de forma técnica, tendo em vista que esta conhece o espaço a ser montado o referido mobiliário.

Questionamento 9 - Qual a justificativa técnica para exigir no item 5.1.2 o atendimento as normas técnicas da ABNT e apresentar especificações técnicas em desacordo as normas da ABNT?

Deve ser respondido pela secretaria de forma técnica, tendo em vista que esta conhece o espaço a ser montado o referido mobiliário.

Questionamento 10 - Qual o dimensional dos produtos?

Deve ser respondido pela secretaria de forma técnica, tendo em vista que esta conhece o espaço a ser montado o referido mobiliário.

Resta consignar que especializada não possui expertise técnica para a análise e que todas as decisões devem ser justificadas e fundamentadas, para fins de plena legalidade do procedimento licitatório, não podendo desrespeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	246/2024
Data do Início	03/01/2024
Folha	33
Rubrica	

III - CONCLUSÃO

Por todo exposto, este Órgão opina pelo atendimento às diligências descritas neste parecer, para fins de análise, cabendo à Autoridade Competente, **no caso o Ordenador de Despesas**, proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento s.m.j.
À Comissão Permanente de Licitação,

Munique Mello de Andrade
Assessora
Mat.: 108.268

Villy Teixeira Silva
Assessor
Mat. 106.264

Ramires Beltrão do Valle
Subprocurador-Geral do Município